

ARENA DAS DUNAS CONCESSÃO E EVENTOS S.A.

CNPJ nº 13.475.478/0001-10
Relatório da Administração

Carta do Presidente: A administração da Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A., reafirmando o objetivo com a transparência junto à sociedade potiguar e ao Poder Concedente, apresenta a seguir o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Informações gerais: O contrato de Concessão Administrativa da Parceria Público Privado (PPP) firmado entre a Arena das Dunas S.A. ("Companhia") e o Governo do Rio Grande do Norte, é instrumento de consecução de política pública definida pelo Estado de atender a candidatura deste ente subnacional para sediar parte da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. O contrato foi assinado em abril de 2011, teve seu termo inicial em outubro de 2011 e alinjará seu termo final em outubro de 2031. O objeto do contrato é a demolição e remoção do Machadão e Machadinho e construção, gestão da operação e manutenção da nova Arena Multitúlos ("Arena") e seu estacionamento, proporcionando um local seguro, confortável e moderno, com conteúdo ligado ao esporte, cultura, entretenimento e apta a receber as partidas da Copa do Mundo FIFA 2014, e plataforma de fomento às indústrias do entretenimento, serviços e esportes. Compromissos estes que vêm sendo cumpridos pela administração da Companhia, mantendo a inovação como diretriz da gestão.

Parceria com o Estado do Rio Grande do Norte: Concluída a construção da nova Arena e com o início da operação, o Estado do Rio Grande do Norte iniciou a amortização dos Investimentos que proporcionam à sociedade Potiguar um

legado moderno e seguro. Tais investimentos estão divididos em parcelas fixas e variáveis, que tem como objetivo saldar o financiamento por construção da Arena e garantir os Investimentos em operação e manutenção nos padrões exigidos pelo contrato de concessão. O desempenho da administração da Arena é rigorosa e constantemente avaliada por meio de um Quadro de Indicadores de Desempenho (OID) com mais de 80 Itens, permitindo ao Poder Concedente acompanhar as entregas do serviço e penalização, em caso de frustração de padrões de desempenho exigidos, e a atualização prevista em contrato.

Perfil de Riscos: A modelagem do projeto da Arena proporcionou a partilha dos riscos inerentes entre o Poder Concedente e o Concessionário. Essa partilha tem como objetivo elevar o grau de financiabilidade e atratividade comercial. No âmbito da Parceria Público Privada (PPP) da Arena das Dunas, foi delegado ao Concessionário, por exemplo, os riscos de construção, obtenção dos financiamentos, realização da manutenção e exploração das receitas acessórias. Assim, cabe ao particular, no contexto da estrutura financeira e de garantias do pagamento de contraprestações públicas propostas, a consecução dos recursos necessários à execução de suas obrigações. Cabe-lhe, ainda, realizar as manutenções necessárias no equipamento se beneficiando de sua eficiência e igualmente suportando o ônus de sua eventual ineficiência. Igualmente, dentro de um ambiente de estímulos claros, perseguir a exploração das receitas acessórias de modo a, não só gerar mais resultado para o projeto, proporcionar cada vez mais impulso na cadeia econômica na

qual está inserido. Somase, o ônus da responsabilidade pelo adimplemento das obrigações financeiras junto aos terceiros financiadores do projeto, inclusive remuneração dos recursos aportados pelo acionista, real sobre o concessionário, que, com suas receitas, as operacionais e a contraprestação pública, vêm honrando todos os seus compromissos e garantindo uma operação de vanguarda.

Geração de valor: A operação da Arena das Dunas vem evoluindo continuamente, suas ocupações e projetos de exploração do equipamento voltados também à demanda de público desvinculada de eventos, sinalizando um prognóstico de geração de atividade econômica com grande potencial e capaz de gerar economia de caixa para o Estado, além de estimular toda a cadeia de produtos e serviços influenciada pelos negócios instalados na Arena.

Contribuição socioeconômica e ambiental: A Arena segue como um importante cartão postal da capital Potiguar, e direciona esforços para aspectos socioeconômicos e ambientais e tem participado ativamente da vida de muitos cidadãos de Natal. Programas em parceria com universidades visando estimular a construção do conhecimento e oportunizar experiências profissionais para os estudantes através de estágio foram implantados. Instalação de novos negócios que, somados aos jogos e eventos, formam um microcosmos econômico que contribui e estimula uma relação simbólica com uma das vocações do nosso Estado, o turismo. A Arena reafirma seu compromisso com o meio ambiente e se dedica a programas de reciclagem, armazenamento de águas de chuva e eficiência energética. Orgulhosamente

mantendo as certificações do selo do INMETRO para Eficiência Energética, a certificação LEED para a edificação, ISO 50001 para gestão de ativos e as cinco bolas no SISBRACE (Sistema Brasileiro de Classificação de Estádios) do Ministério dos Esportes. Somando-se a isso, a Arena tem ampliado a interação com a comunidade disponibilizando o equipamento para lazer e interação social com o projeto "Domingo na Arena", colaborando com a prática desportiva e recreação. A Arena segue proporcionando também, uma maior integração com a comunidade norte-riograndense através do inventário cultural da Lei Djalma Maranhão, onde mais de 111 projetos já foram contemplados, totalizando repasses que superam 8 milhões de reais.

Investimento: Em 2024, a Arena comemorou seus 10 anos de atividade e, para marcar esse momento, inaugurou um moderno sistema de iluminação em LED que substituiu os antigos 300 refletores de lâmpadas vapor metálico e segue as recomendações da FIFA, Conmebol e CBF. O sistema proporciona uma maior eficiência energética com redução de consumo de até 80%. O projeto também contou com a instalação de 220 luminárias cênicas espalhadas pelas áreas interna e externa possibilitando uma atmosfera interativa com sons e músicas destacando importantes elementos nos cenários dos eventos.

Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A.

Ricardo Ferreira da Silva
Diretor

Demonstrações Financeiras - Exercícios Fimados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo Circulante	Balancos patrimoniais		
	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	03	37.748	33.620
Contas a receber	04	1.816	930
Ativo financeiro da concessão	05	196.568	128.062
Títulos a recuperar	06	11.951	3.867
Despesas antecipadas	07	518	311
Outros ativos	08	2.616	2.219
Total do circulante		251.217	168.719
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	08	-	3.649
Contas a receber	04	3.600	-
Ativo financeiro da concessão	05	-	81.935
Tributos a recuperar	06	-	1.950
Despesas antecipadas	07	1.223	-
Conta corrente com partes relacionadas	09	6.439	3.500
Total		11.262	91.034
Imobilizado	10	8.028	836
Total do não circulante		19.290	91.870
Total do ativo		270.507	260.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) Circulante	Balancos patrimoniais		
	Nota	2024	2023
Fornecedores	11	2.295	2.794
Empréstimos e financiamentos	12	652	15.884
Obrigações trabalhistas	13	24.237	11.242
Obrigações tributárias	14	65.965	19.416
Tributos diferidos	15	1.136	-
Arrendamentos	09	20.197	20.197
Dividendos a pagar	15	8.703	5.756
Repasses ao Poder Concedente	16	1.200	-
Receita diferida	17	236	413
Outras contas a pagar	04	-	-
Total do circulante		134.621	76.301
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	-	13.723
Tributos diferidos	14	-	37.643
Arrendamentos	10	5.547	-
Conta corrente com partes relacionadas	09	-	150
Receita diferida	16	3.900	-
Provisão para contingências	17	137.964	105.709
Total		147.411	157.225
Patrimônio líquido			
Capital social		75.012	75.012
Prejuízos acumulados		(86.537)	(47.949)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(11.525)	27.063
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		270.507	260.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada dos bens, utilizando-se o método linear. As taxas anuais usadas para a depreciação do imobilizado são as seguintes:

Vida útil (anos)	Taxas (%)
Móveis e utensílios	10 10%
Máquinas e equipamentos	10 10%
Aparelhos telefônicos	10 10%
Equipamentos de informática	5 20%
Beneficiários em imóveis de terceiros	25 4%

Se houver uma indicação de mudança significativa na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas. A Companhia não aloca valor residual para seus ativos por entender que os valores residuais dos ativos são materiais. A Administração não identificou qualquer indicação de necessidade de revisão nas taxas de depreciação. Ganhos e perdas com alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor residual contábil e, quando ocorrem, são registrados no resultado do exercício. **2.5.7. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxas efetivas de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura correspondente. **2.5.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estiverem abertos, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custo da transação. **2.5.9. Provisões para contingências:** Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. **2.5.10. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos apurados em base *pro-rata* dia e as variações monetárias incorridas. **2.5.11. Receita Operacional: Receita do contrato de concessão** - a receita do contrato de concessão compreende a remuneração fixa estabelecida no contrato de concessão, onde 85% do valor originalmente estabelecido corresponde a parcela garantida e os demais 15% estão sujeitos à análise de desempenho, pactuados contratualmente. O valor original do contrato é atualizado monetariamente, da forma estabelecida no contrato de concessão. As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **2.5.12. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo e empregados** - obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal corrente o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.5.13. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • **Receita de juros:** • Despesa de juros; • Ganhos/perdas líquidas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda; • Ganhos/perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber); • A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **2.5.14. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. As despesas com imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(a) Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a ajustar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de Renda e Contribuição Social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **2.5.15. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(b) Ativos financeiros não derivativos - mensuração:** Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. **Custo amortizado:** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. **(c) Passivos financeiros não derivativos - mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **2.5.16. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge:** A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda e taxa de juros. **(e) Ativo financeiro:** Referem-se à parcela dos direitos futuros e a fatura decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o poder concedente (Estado do Rio Grande do Norte) até o final da concessão. Foi classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do poder concedente pelos serviços de construção da Arena das Dunas. **2.5.16. Redução ao valor recuperável (impairment): (a) Ativos financeiros:** A empresa avalia no final de cada exercí-

Demonstração do resultado	Balancos patrimoniais		
	Nota	2024	2023
Receita Operacional Bruta			
Receita de Serviços		77.336	66.385
		77.336	66.385
Deduções sobre a receita			
Impostos e contribuições		(12.987)	(6.644)
Receita Operacional Líquida		19.643	59.741
Custos dos serviços prestados		20.19.110	(12.262)
Lucro bruto		44.739	47.479
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	20	(36.970)	(22.242)
Pessoal	20	(4.613)	(3.216)
Outras despesas	21	(2.989)	(3.063)
Total das despesas operacionais e outras receitas		(44.572)	(28.521)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos		167	18.958
Receitas financeiras	22	8.888	3.159
Despesas financeiras	22	(35.370)	(19.391)
Resultado financeiro		(26.482)	(16.232)
(Prejuízo) lucro antes da contribuição social e de imposto de renda		(26.315)	2.726
Imposto de renda - corrente	23	(1.051)	(2.597)
Imposto de renda - diferido	14	(7.967)	(6.291)
Contribuição social - corrente	23	(387)	(944)
Contribuição social - diferida	14	(2.868)	(2.264)
Prejuízo líquido do exercício		(38.588)	(9.370)
Prejuízo líquido por ação do capital social no final do exercício		RS (0,51)	RS (0,12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente	Balancos patrimoniais		
	Nota	2024	2023
Prejuízo líquido do exercício		(38.588)	(9.370)
Outros componentes do resultado abrangente		-	-
Resultado abrangente		(38.588)	(9.370)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

o ciclo há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment*, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda que tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um ativo financeiro. **(b) Ativos não financeiros:** É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado do exercício. **2.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023 e 2024:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

(a) Alteração na norma IAS 1/CPG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "políticas contábeis materiais". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **(b) Alteração na norma IAS 12/CPG 32 - Tributos sobre o Lucro:** Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação: Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a mensuração de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Companhia. **(c) Alteração na norma IAS 8/CPG 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros:** As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia. **(d) Alterações na norma IFRS 9/CPG 06 (R2) - Arrendamentos:** As alterações ao CPC 06 (R2)/IFRS 9 acrescentam uma categoria de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do CPC 47/IFRS 15, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remuneração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na CPC 06 (R2)/IFRS 16. Esse poder ter sido particularmente o caso em um retroatendimento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia. **(e) Alterações na norma IAS 1/CPG 26 - Apresentação das demonstrações contábeis:** As alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) especificam os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem o que se entende por direito de adiar a liquidação; que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for dele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia. **(f) Alterações na IAS 7/CPG 03 (R2) e IFRS 7/CPG 04 (R1):** As alterações acrescentam um objetivo de divulgação no CPC 03 (R2)/IAS 7 afirmando que devem ser divulgadas informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, o CPC 04 (R1)/IFRS 7 foi alterado para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia. **2.7. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entram em vigor em 31 de dezembro de 2024:** **(a) Alterações na IAS 21/CPG 02 (R2):** Exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de suas mudanças nas informações financeiras, que incluídas em ou após 01/01/2025. **(b) Alterações na IAS 1/CPG 26 (R1):** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" (PDFs) das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements*) e das notas explicativas. **(c) Alterações na IAS 7/CPG 03 (R2):** Alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opção, à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e de alterações de pessoal, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas não entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida a partir de 1º de janeiro de 2025, embora o Brasil não tenha optado por não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

2.8. Gestão do risco de mercado: Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis, e metodologias de valuation apropriadas para cada situação. Entretanto, alguns julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado. A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e a captação de recursos para financiar a construção da Arena. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia. Considerando o prazo e as características desses instrumentos financeiros, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Companhia não possuiu instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 nem em 31 de dezembro de 2023. **Exposição a risco com taxa de juros:** A Companhia entende que a exposição a risco com juros é nula. **Gestão do risco de capital:** A Administração da Companhia administra seu capital, para assegurar que suas operações possam continuar com suas atividades normais. Historicamente, as operações da Empresa são financiadas, substancialmente, por recursos oriundos das contraprestações advindas do poder concedente. Adicionalmente, a Companhia contratou empréstimos para apoiar na execução dos custos iniciais das obras de construção do Estádio das Dunas. A Companhia demonstra abaixo o capital com base no índice de alavan-

Demonstrações dos fluxos de caixa	Balancos patrimoniais		
	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício		(38.588)	(9.370)
Ajustado por:			
Depreciação	10	255	232
Depreciação - direito de uso de arrendamento	10	200	-
Atualização monetária líquida	12	39.084	18.429
Atualização do ativo financeiro	12	37.036	(27.433)
Custo da transação de empréstimos e financiamentos	12	871	309
Constituição de contingências fiscais	17	7.092	7.984
		(28.112)	(9.849)
Variações nos ativos - (Aumento) Redução			
Contas a receber	04	(4.486)	(60)
Ativo financeiro da concessão	05	11.045	48.668
Tributos a recuperar	06	(50,00)	(2,328)
Despesas antecipadas	07	(1.702)	317
Outros ativos	08	(405)	(546)
		32.832	46.051
Variações nos passivos - Aumento (Redução)			
Fornecedores	11	(499)	2.098
Obrigações trabalhistas	13	53	(1.550)
Obrigações tributárias	13	15.334	7.471
Tributos diferidos	14	8.906	8.738
Repasses ao Poder Concedente	15	2.947	2.672
Receita diferida	16	5.100	-
Outras contas a pagar	17	(177)	(267)
		31.664	19.162
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		36.384	55.364
Fluxos de caixa das atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado	10	(807)	(745)
Títulos e valores mobiliários	08	3.649	3.118
Caixa líquido gerado pelas atividades de Investimentos		2.842	7.273
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Conta corrente com partes relacionadas	09	(3.089)	(3.350)
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	12	(10,48)	(40,695)
Juros pagos	12	(1,271)	(4,836)
Pagamento			

ARENA PAGINAS DIGITAL 1 pdf

Código do documento 72f69a90-b60f-4968-b470-1bfe6c4c76f7

Anexo: ARENA_2PAGINAS_DIGITAL.2.pdf



Assinaturas



Mayara Magna Siqueira de Oliveira
noticiario@tribunadonorte.com.br
Assinou

Mayara Oliveira

Eventos do documento

06 Jun 2025, 09:26:01

Documento 72f69a90-b60f-4968-b470-1bfe6c4c76f7 **criado** por MAYARA MAGNA SIQUEIRA DE OLIVEIRA (49739b55-77c4-4981-a85d-b9c08895a0f1). Email: noticiario@tribunadonorte.com.br. - DATE_ATOM: 2025-06-06T09:26:01-03:00

06 Jun 2025, 09:27:45

Assinaturas **iniciadas** por MAYARA MAGNA SIQUEIRA DE OLIVEIRA (49739b55-77c4-4981-a85d-b9c08895a0f1). Email: noticiario@tribunadonorte.com.br. - DATE_ATOM: 2025-06-06T09:27:45-03:00

06 Jun 2025, 09:28:04

MAYARA MAGNA SIQUEIRA DE OLIVEIRA **Assinou** (49739b55-77c4-4981-a85d-b9c08895a0f1) - Email: noticiario@tribunadonorte.com.br - IP: 177.135.188.2 (Interjato.static.gvt.net.br porta: 42204) - [Geolocalização: -5.7789739 -35.2038451](#) - Documento de identificação informado: 095.219.274-88 - DATE_ATOM: 2025-06-06T09:28:04-03:00

Hash do documento original

(SHA256):432d47ce32a66f6675d550cd4a98f0d2d671c3b07a672047f9ca22754ce8ef4b

(SHA512):fec710cea01c7923f82eae2133339eda3ea67d5f2e16e3ea4eada577e5ff15a870e05512c479baf3a2071f6e126955981619174c7d0e2691f87c718e36551a52

Hash dos documentos anexos

Nome: ARENA_2PAGINAS_DIGITAL.2.pdf

(SHA256):f6dfff930c8c2740f23129fa1902ad63c6b6222631078db640132dc04f97b8ba

(SHA512):b1d0763e1f6e28cc6effa51c71aac8c0a9d1dec7f6c1281a6dd1880bb29e7126f08a5e53dbc19001ef1bd5236ce5ec58e317b7716b5df2bd5f50a720e49ef99f

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.